

# ÉTICA CRISTÃ HOJE

VIVENDO UM CRISTIANISMO COERENTE  
EM UMA SOCIEDADE EM  
MUDANÇA RÁPIDA

ALAN PALLISTER

# Sumário

---

Introdução .....	11
Capítulo 1	
1. Honrar o Deus que nos Salva.....	19
Abordagens históricas .....	19
Perspectivas bíblicas .....	29
Deus e ‘deuses’ na bíblia.....	32
Casamentos mistos .....	32
Conclusões .....	38
Notas .....	42
Capítulo 2	
2. Não ser fabricantes de ‘deuses’ .....	43
Abordagens históricas .....	44
A imagem no mundo dos	
‘meios de comunicação de massa .....	49
Imagens e adivinhação .....	51
As imagens no ensino bíblico (Antigo Testamento) .....	53
As imagens no ensino bíblico (Novo Testamento) .....	57
Imagens que não têm forma visível .....	59
A arte cristã: idolatria? .....	60
Notas .....	62

### Capítulo 3

3. Dar valor ao nome de Deus .....	63
Abordagens históricas .....	63
Tomar o nome de Deus em vão no ensino bíblico (Antigo Testamento) .....	68
Tomar o nome de Deus em vão no ensino bíblico (Novo Testamento) .....	70
Notas .....	75

### Capítulo 4

4. Trabalhar e descansar .....	77
Abordagens históricas .....	79
O ensino do Antigo Testamento.....	88
Novo Testamento .....	90
Os outros ‘Sábados’ .....	97
Os ‘Sábados’ da sociedade moderna .....	98
Notas .....	104

### Capítulo 5

5. Pais e filhos .....	105
Abordagens históricas .....	106
Pais e filhos no ensino do Antigo Testamento .....	116
Pais e filhos no ensino do Novo Testamento .....	119
O cuidado dos idosos .....	122
Patrões e empregados .....	123
Conclusão .....	125
Notas .....	126

### Capítulo 6

6. Questões de vida e morte .....	127
Questões de morte (requerida pela lei) na história .....	128
Questões de morte (requerida pela lei) na Bíblia .....	136
Questões de morte (eutanásia e aborto) .....	141
A eutanásia na Bíblia .....	146
O aborto na história .....	147

O aborto na Bíblia .....	151
Conclusões sobre o aborto .....	153
Questões de vida .....	155
Uma perspectiva bíblica .....	158
Notas .....	165

## Capítulo 7

7. Questões de ética sexual .....	167
O casamento na Bíblia e na história .....	168
O sexo pré-matrimonial .....	175
Homossexualidade .....	177
A poligamia .....	181
Divórcio .....	184
Celibato e vida solitária .....	190
Notas .....	195

## Capítulo 8

8. Questões de propriedade e trabalhos .....	197
O furto no Antigo Testamento .....	198
Penalidades no Antigo Testamento .....	202
O furto no Novo Testamento .....	205
A propriedade na Bíblia .....	205
A propriedade na história do cristianismo e na atualidade .....	211
Salários .....	216
A posição social do cristão .....	220
A relação entre a Igreja e o Estado .....	225
O furto dos recursos naturais .....	231
Notas .....	235

## Capítulo 9

9. Questões de verdade e mentira .....	237
A verdade e a mentira no Antigo Testamento .....	238
A verdade e a mentira no Novo Testamento .....	243
A verdade e a mentira na história do cristianismo .....	245
Mentiras ‘piedosas’ .....	249

Dizer a verdade ao doente terminla? .....	251
Publicidade e marketing .....	252
Notas .....	257

## Capítulo 10

10. Questões de desejo e ambição .....	259
A cobiça que visa objetos materiais .....	260
A cobiça que visa bens materiais .....	262
A cobiça que visa pessoas (Antigo Testamento) .....	265
A cobiça que visa pessoas (Novo Testamento) .....	267
Perspectivas históricas sobre a cobiça .....	269
Quando a cobiça visa outros ‘bens’ .....	272
Conclusão .....	277
Notas .....	278

# Honrar o Deus que nos salva

---

*Não terás outros deuses diante de mim (Êx. 20.3; Dt. 5.7).*

**Questões:** Qual é a relação entre aquilo que cremos e nossas ações? A fé de um politeísta fornece fundamento para uma ética coerente? Um ateuista pode encontrar, com coerência, base para formular princípios elevados de ação? Um cristianismo, despido de seu fundamento sobrenatural, fruto do iluminismo e do racionalismo, fornece base adequada para uma vida ética? A ética surge de ordens divinas ou de uma reação espontânea de amor ditada pelas situações? O novo pluralismo religioso, característico do pós-modernismo, providencia alguma base firme, de validade universal, para a reflexão ética e para a ação?

## Abordagens históricas

A ética pode ser definida como “um conjunto de normas que orientam o comportamento e vivência em sociedade”. Desde os tempos pré-filosóficos existe o discurso ético que, por exemplo, faz parte dos códigos de leis de Hamurabi (Babilônia), do Egito, da Mesopotâmia e da lei de Moisés. Esse discurso não analisava atos, mas sim pessoas. Os atos eram avaliados de acordo com o efeito que tinham em Deus ou nos deuses: um ato ‘impróprio’ chocava a divindade da cultura em questão. A casuística, análise da aplicação de princípios a casos concretos, não existia nessa fase.

Quinhentos anos depois, os filósofos gregos começaram a analisar o que constituía uma pessoa boa ou um ato bom e a base sobre a qual fazemos esses julgamentos. **Platão** (c. 426-347 a. C.) ainda se preocupava em refletir sobre as pessoas, mais do que sobre suas ações. Comparava o que entendia por uma boa pessoa, que orientava bem sua vida, com um artista que aplica suas capacidades para a preparação de uma obra de arte. A justiça era um estado de bem-estar na alma humana. A alma humana tinha três componentes: a *vegetativa* (desejo e apetites), a *passional* (ira, vergonha, amor etc.) e a *racional* (de onde vem o conhecimento e o pensamento). O funcionamento harmonioso desses componentes é que cria o bem-estar da alma. A reflexão não é sobre atos isolados, mas sobre a harmonia interior no agente dos atos.

O bem não é uma realidade existente na terra: e sim, no mundo ideal. A justiça é a melhor aproximação desse bem, e esta, sim, pode ser definida com rigor.

Até aqui a ética se encontra quase completamente absorvida pela fé do homem: é **transcendente**, (procede de um mundo superior à terra em que o homem vive e age) e **deontológica** (surge de uma noção daquilo que é inerentemente correto, não da reflexão humana sobre as consequências das ações, como é o caso com a ética **teleológica**). Em **Aristóteles** (384-322 a. C.) surge a ética **imanente** (procede do mundo dos homens e do interior de cada ser humano) e **teleológica** ou **utilitária** (avaliada, pelo menos em parte, pelos resultados práticos que produz). É bem conhecido o conceito de Aristóteles da virtude como o 'meio dourado' (meio termo). Se queremos saber o que é a coragem, por exemplo, devemos pensar primeiro em duas atitudes opostas — o atrevimento e a covardia. Entre esses dois extremos, a coragem é o 'meio dourado'. A temperança é o meio dourado entre o abuso e a abnegação excessiva.

Aristóteles, como Platão, distingue três componentes na alma: vegetativo (apetite), passional (emoções) e racional. O

componente emocional pode sujeitar-se à razão, produzindo assim a virtude humana. O vegetativo não se submete à razão nem a obedece, mas pode ser domado. A felicidade é o resultado de uma adaptação harmoniosa do componente passional à razão, mas também de um funcionamento harmonioso do ser humano na sociedade. A ética não pode ser vivida por cada pessoa isoladamente, pois, em essência, diz respeito à vida em sociedade.

Em Aristóteles vemos o desenvolvimento de princípios éticos sem uma base transcendente. Tanto no **epicurismo** (fundado por Epicuro, 341-270 a. C.) como no **estoicismo** (fundado por Zeno, 336-264 a. C.) a vida ética diz respeito a um Deus transcendente e pessoal. Esses conceitos éticos podem ser seguidos independentemente da pessoa ser teísta, politeísta ou ateuista.

A reafirmação do fundamento transcendente da ética surgiu no cristianismo. Só na relação com Deus, e com a revelação por ele transmitida aos homens, é que o ser humano pode encontrar uma base adequada para suas decisões éticas. **Agostinho** (354-430), figura que predominou no pensamento ético cristão durante séculos, deve ser entendido como um homem apaixonado pelo Deus que o salvou do mundo de desleixo e de hedonismo em que antes estava imerso. Por isso, não podia acreditar que a educação, a razão ou a contemplação, tão estimadas pelos gregos, alguma vez levassem o homem a agir de forma ética. Viu por experiência própria que era imprescindível a graça de Deus para transformar o coração humano.

Agostinho ocupou-se com a ética social, não só a pessoal, mas viu uma separação radical entre dois mundos — a cidade dos homens e a cidade de Deus. Ele dizia que na cidade dos homens não se pode esperar que haja um comportamento ético digno. O Estado não providencia justiça, positivamente, serve apenas como freio para impedir o aumento da injustiça. Providencia ‘paz entre os ladrões’. A depravação do coração humano

faz com que as pessoas sejam incapazes de produzir aquilo que os gregos chamavam virtude pública. Na realidade, mesmo quando parece que há virtude, o egoísmo e o engano estão presentes, mal disfarçados e prontos para se manifestar.

A cidade de Deus tem seus valores, radicalmente distintos dos pobres valores da cidade humana, mas tem pouca possibilidade de influenciar esta. Convém frisar aqui que o cristianismo bíblico não é necessariamente tão pessimista sobre a possibilidade de influenciar a sociedade. Agostinho manteve alguma influência do maniqueísmo de sua juventude. O místico persa Mani, condenado pelos cristãos como herege, deixou no subconsciente de Agostinho a idéia de um dualismo eterno do bem e do mal. Embora, Agostinho, como cristão bíblico, possa ter rejeitado conscientemente esse dualismo, talvez ele o tenha marcado a nível do subconsciente, de maneira a tornar difícil que cultivasse qualquer tipo de esperança, mesmo relativa, para a implantação de valores humanos em uma sociedade sem Deus.

A ética agostiniana é, pois, claramente **transcendente e deontológica**: mais tarde, marcará, de uma forma inconfundível, a ética da Reforma Protestante.

Também é significativo o fato de Agostinho ter vivido na época em que o Império Romano estava ruindo. Na época medieval o ambiente social e econômico, embora em transformação, esteve bastante mais estável durante muito tempo. **Tomás de Aquino (1224-1274)** não aceitou a pessimista visão agostiniana. Tinha uma visão positiva da lei, que para ele servia não só para restringir o mal, mas também para moldar pessoas boas. Adequou os princípios éticos de Aristóteles aos padrões cristãos. Sua teologia afirmou a possibilidade do homem conhecer Deus por meio da natureza e da graça: sua ética propunha que o bem também podia ser atingido por esses dois meios. Essa ética não deixa de ser **transcendente e deontológica**, embora não em um sentido radical, uma vez que absorve parte do **immanentismo e consequencialismo** aprendidos de Aristóteles.

A Reforma Protestante representou uma redescoberta da ética transcendente da Bíblia e de Agostinho. João Calvino (1509-64) partilhou a visão paulina e agostiniana da depravação total do homem, a impossibilidade de ele pensar ou agir bem sem a transformação interior efetuada pelo Espírito de Deus. Mas teve uma visão ética que lhe permitiu se direcionar para os problemas sociais de sua época. Falou sobre questões econômicas, comerciais e fiscais: argumentou, com base bíblica, sobre a pena capital e a guerra justa: definiu o papel dos magistrados como servos de Deus, a quem terão que prestar contas. Em casos de governos extremamente corruptos ou tirânicos, admitiu a possibilidade da resistência ou desobediência civil dirigidas por tribunais do povo ou magistrados inferiores,<sup>1</sup> posição esta que era muito ‘avançada’ na época em que Calvino viveu.

Não significa que Calvino, à maneira de Aquino, tenha procurado inspiração para a ética nas duas fontes: da natureza e da revelação. Defendeu a revelação bíblica como única fonte de autoridade, mas não pretendeu, como Agostinho, aplicar as normas éticas bíblicas só à comunidade da fé. Compreendeu que a lei de Deus é para todos os homens que, em parte, a conhecem pela revelação geral e que, perante essa lei, algum dia todos terão que prestar contas a Deus. A ética protestante é **transcendente e deontológica** —, mas, sobretudo em Calvino, estende a deontologia a todos os homens, afirmando que mesmo o incrédulo recebe a revelação geral, escrita em seu coração, e que será julgado à luz deste conhecimento de Deus, que é parcial, mas real.

Depois da Reforma houve um movimento significativo que tentou desvincular a ética da sua base transcendente e bíblica. Para **Thomas Hobbes** (1588-1679), a análise da natureza humana em si estabelece uma base para o bem-estar geral. Sua ética egoísta não significa, como pode parecer à primeira vista, o desmazelo ou o hedonismo. Significa que, com profundidade, cada

um deve procurar seus verdadeiros interesses — e que estes coincidirão com os verdadeiros interesses da sociedade. Essa ética é **imanente e teleológica**. A razão humana descobre os princípios de que a ação deve ser fundamentada nas leis existentes na natureza. **David Hume** (1711-1776) considerou que não era a razão humana que descobria as regras da moralidade. Estas têm a ver com os sentimentos. O agir virtuoso produz sentimentos agradáveis enquanto o vício produz sentimentos desagradáveis, e a aprovação ou desaprovação que registramos dessa maneira é suficiente para nos nortear em questões éticas.

Para **Immanuel Kant** (1724-1804), por outro lado, a razão (prática) era muito importante na definição de princípios éticos e devia governar nossas paixões. Pela razão descobrimos o **imperativo categórico** — que em si mesmo, é um princípio deontológico, mas não transcendente, que significa agir de acordo com aquela máxima que podemos desejar, ao mesmo tempo, que se torna uma lei universal. O extremo rigor ético de Kant pode ser apreciado, por exemplo, no fato de ele ter dito que se um assassino procura nosso melhor amigo e nos pergunta onde ele está, nós não devemos mentir: temos a obrigação de dizer toda a verdade, mesmo ao assassino. A máxima de sempre dizer a verdade se impõe a nossa consciência, pois, ao mesmo tempo, desejamos que se torne uma lei universal.

A ética, todavia, fica desvinculada da noção da revelação e esse tipo de deontologia não depende dos mandamentos divinos. Para Kant a boa ação nunca pode derivar sua lei de alguma coisa externa a si mesma. De acordo com seu pensamento, “a linguagem acerca da lei divina, a graça, etc. corrompe nosso senso de que somos agentes morais, cuja liberdade de determinação exterior é essencial para a atribuição da responsabilidade”.<sup>1</sup>

Outros pensadores éticos da época afirmaram uma base **utilitária** (teleológica) para a moralidade. Para **Jeremy Bentham** (1748-1832) e **John Stuart Mill** (1806-73) a moralidade é

determinada pela procura do maior bem para o maior número possível de pessoas. Assim, as ações podem ser determinadas, em vista de suas consequências e não de algum princípio que nos seja ditado, por um Deus transcendente ou pela natureza.

A teologia cristã, no século XIX, sofreu forte influência do iluminismo e do ceticismo no que diz respeito à revelação divina. **Albrecht Ritschl** (1822-89), por exemplo, deu importância ao conceito do reino de Deus, identificando-o não como uma realidade transcendente, mas sim como uma sociedade humana, unida pelo amor, objeto de nossos esforços aqui na terra. Ele providenciou uma base para o movimento do 'Evangelho Social' defendido, entre outros, por **Walter Rauschenbusch** (1861-1918). Essas teologias liberais tinham uma visão deficiente do pecado do homem e, por isso, tendiam a manifestar um otimismo desmedido em relação à possibilidade de se estabelecer o reino de Deus na terra. Na época da Primeira Guerra Mundial, sofreram um rude golpe com o surgimento de atrocidades, cometidas pelas sociedades consideradas as mais avançadas da época.

Os pensadores éticos não-cristãos, do período iluminista, e os teólogos liberais, que eles influenciaram, tiveram em comum o fato de tentar desvincular a ética da fonte transcendente da revelação bíblica. Para alguns, era a razão humana afirmando o imperativo categórico; para outros, eram as consequências de nossos actos. Aqui cabe a pergunta se essas outras fontes em si realmente podem ser consideradas suficientes para descobrir e definir princípios éticos. O problema é que quem pensa assim pode derivar seus princípios a nível consciente das fontes que reconhece e a nível subconsciente de outras fontes. Dificilmente, um utilitário poderá ser só utilitário: é natural que algumas posições éticas adotadas derivem também de algo em seu subconsciente, o que é muito parecido com aquilo que Kant chama de categórico imperativo. E, um egoísta ético pode se enganar ao afirmar que é só o egoísmo esclarecido que o

norteia: pode ser influenciado também, por exemplo, por algo muito parecido com aquilo que Hume chama de sentimentos.

Um cristão que reconhece a Bíblia como a fonte suprema dos valores éticos não ignora a existência de outras fontes. Poderá admitir, por exemplo, os sentimentos (esclarecendo que esses são o produto do que ele chama de consciência) ou o critério utilitário (o livro de Provérbios justifica alguns atos em termos de suas consequências: 12.11; 13.18, etc.). Mas em relação às tradições éticas do iluminismo e do liberalismo, o cristão bíblico vai querer afirmar que essas, embora muitas vezes defendam valores com os quais ele concorda, *na verdade, derivam esses valores de outras fontes, sem ser aquelas que eles mesmos reconhecem*. Pois não acreditam na revelação geral, mas, de fato, foram iluminados pela revelação geral (Jo 1.9): não se submetem à autoridade da Bíblia, mas receberam indireta-mente os ensinamentos bíblicos por meio de uma sociedade ainda muito influenciada por ela. São, de certa forma, transcendentalistas éticos, mas não assumem essa posição. Na prática, esses pensadores éticos não se distanciaram mais ainda da ética bíblica devido ao fato de terem recebido muito mais influência da ‘cultura cristã’ do que admitem. Assim, em termos éticos globais, podemos compreender por que, muitas vezes, sua prática é melhor do que sua teoria.

O século xx, bastante influenciado pelas correntes do iluminismo e do liberalismo, manteve, em geral, uma postura bastante cética em relação a qualquer fonte sobrenatural que pudesse ditar valores éticos. As posições éticas centradas nos homens têm sido as mais influentes. A ‘ética da situação’ foi popularizada por **Joseph Fletcher** (1905-91), professor estadunidense, e pelo bispo inglês **John Robinson** (1919-83) de quem fui aluno na Universidade de Cambridge.

De acordo com Fletcher e Robinson, toda moralidade é relativa à situação em que a pessoa se encontra, sendo o único absoluto deontológico a exigência do amor (“Não devam nada a ninguém, a não ser o amor de uns pelos outros.”; Rm 13.8).

A fornicação, por exemplo, pode estar errada em 99% das situações, mas não está errada por definição. Por exemplo, cita-se o caso de uma mulher em um campo de concentração que pede para um guarda a engravidar para ela poder ser libertada e voltar para sua família. O que a move é o amor pela sua família; esse amor ultrapassa qualquer possível objeção moral ao sexo ilícito. A situação e as consequências (teleológicas) dos atos, e não uma norma abstracta, é que ditam a ética.

Perto do fim do último século, o homem ocidental deu mais passos ainda no sentido de se desvincular de padrões deontológicos fixos de ética. O próprio iluminismo e a mentalidade racionalista que prevaleceram até cerca de 1980, são tidos agora como esquemas ultrapassados. Fazem parte de uma época 'modernista' que agora deu lugar ao pós-modernismo. No campo religioso desapareceu o preconceito contra o sobrenatural e o milagre: agora o mundo dos espíritos e dos anjos é considerado um campo aberto para a investigação. Esquemas racionalistas de 'alta crítica' que antes reduziam o valor da revelação bíblica àquilo que o homem podia conceber por meio da razão, são agora postos de lado. Em princípio, onde a Bíblia é aceita, ela poderia ser aceita de forma mais integral.

Mas, por outro lado, em questão de fé o mundo 'pós-modernista' é pluralista e pragmático. No campo religioso, aquilo que 'funciona' é o que é aceito. Não há apenas um mundo sobrenatural, mas uma multidão de cosmovisões em concorrência. Esse tipo de mentalidade não se admira, por exemplo, com o relato bíblico da passagem do mar Vermelho —, além de, com toda naturalidade, também admitir os milagres do hinduísmo ou as pretensas revelações espíritas. Impõe-se o pluralismo: 'meu' mundo sobrenatural será aquele que me satisfaz, mas não tenho qualquer critério para condenar ou criticar o mundo sobrenatural do meu próximo, por mais que este possa se distanciar dos valores cristãos. O que há mais para se dizer se ele se encontra satisfeito com seu mundo sobrenatural? O supremo valor será a tolerância, o grande pecado, dizer que alguém está errado.

A tolerância se estende ao campo da ética. É verdade, a Bíblia poderá ser aceita por aquele que se intitula cristão evangélico. Mas há muitas 'leituras' da Bíblia: a hermenêutica é feita em função do indivíduo e seu mundo. A Bíblia é uma autoridade na medida em que fala para cada um, em sua situação individual. Contudo, como a situação de cada um é diferente, se a Bíblia traz mensagens diferentes para um e outro, cada uma dessas interpretações terá que ser respeitada, mesmo que sejam contraditórias. Antes, todos os cristãos evangélicos, por exemplo, entendiam que Romanos 1 assume posição contra a homossexualidade. No entanto, agora, nos movimentos *gays* há 'cristãos evangélicos' que defendem outra interpretação da mesma passagem, dizendo que, na verdade, ela não se opõe ao estilo de vida que eles praticam. Reclamam, acima de tudo, a compreensão e o 'respeito' — que fazem com que tanto uma como outra interpretação sejam válidas. Dentro desse pluralismo, o único pecado é dizer que uma das leituras é a certa e a outra a errada. A redescoberta do mundo sobrenatural, que poderia ter levado à redescoberta do fundamento transcendental e deontológico da ética, de fato, leva a uma ética quase totalmente imanente, subjectiva e teleológica.

Esse artifício para evitar o mundo dos absolutos é muito diferente daquele usado na época do liberalismo. Mas a nível ético, representa um perigo ainda muito maior. Em um mundo em que não há pontos de referência fixos, não há um legislador divino e a Bíblia é uma revelação teoricamente divina, mas na prática sujeita a mil interpretações pessoais e contraditórias, ninguém tem autoridade para se pronunciar categoricamente a favor de um tipo de ação e contra outro. Immanuel Kant julgava que era possível, independente de qualquer revelação, ter certezas contundentes no campo ético. Mas agora podemos ver que ele contribuiu para que, mais de 150 anos depois, a ética se tornasse subjetivista, permitindo que cada um se centrasse em si mesmo. A longo prazo, esse subjetivismo contribuiu para a ética pós-

moderna, do pluralismo e do pragmatismo, a ética em que o único ‘pecado’ é a intolerância. Com certeza, teria sido difícil para Kant se situar eticamente em nosso mundo pós-moderno —, apesar de, em certo sentido, há muito tempo, ele mesmo ter contribuído para que este mesmo mundo viesse a existir.

## Perspectivas bíblicas

### *Antigo Testamento*

Com certeza, não é benéfica a tendência de alguns cristãos evangélicos, ao caracterizar o Deus bíblico, de salientar, com exclusividade, o conceito de legislador. A deontologia de um legalista se reduz a afirmar friamente nossa obrigação fundamentada na ordem divina: “Ele disse — nós devemos fazer”. Seguir a lógica dessa posição, equivale a dizer que quem cumpre melhor é quem merece mais aprovação divina — e quem tem mais direito de julgar seu próximo. Com ‘boa consciência’, o legalista se congratula e agradece a Deus porque não é como os outros (“[...] nem mesmo como este publicano”, Lc 18.11).

Contudo, a genuína ética bíblica, na verdade, nunca assume essa forma. Os Dez Mandamentos, por exemplo, não começam com uma ordem friamente entregue ao homem. As primeiras palavras, normalmente consideradas o preâmbulo (Êx 20.2), são de fundamental importância. Nelas, Deus afirma sua identidade e seus atos, com a intenção de sensibilizar o povo e de evocar nele uma resposta de gratidão. Da mesma maneira que a graça divina antecede as exigências, quando Abraão é chamado para sair de sua terra, lhe é feita a promessa de ser uma bênção para todas as famílias da terra (Gn 12.1-3; 15.1-6), a graça também antecede as exigências da época em que a lei é dada a Moisés. A revelação divina deixa claro que a lei só pode ser compreendida corretamente na medida em que o povo se aproxima dela com o coração cheio de gratidão.

Ao dizer: “Eu sou o Senhor, **teu Deus**”, o Senhor simultaneamente se manifesta como Deus exclusivo (contra o politeís-

# ÉTICA CRISTÃ HOJE

O objetivo principal do autor deste livro é fundamentar os princípios éticos nos Dez Mandamentos, sem se concentrar nos argumentos e contra-argumentos de ordem racional ou filosófico. Ele argumenta que, na maior parte das grandes questões éticas, a Bíblia, de fato, tem uma posição clara e inequívoca.

Por isso, o professor Alan considera que uma ética fundamentada na Lei de Deus e no ensino de Cristo é manifestadamente uma opção melhor e mais racional, do que uma ética que pretende se fundamentar no iluminismo ou em filosofias mais recentes. A partir de uma perspectiva bíblica, pode-se afirmar não somente por que o cristão deve ser ético, mas também qual é a verdadeira origem da sua vontade de ser ético.

Sua intenção é considerar princípios e formas do agir ético, para ajudar aqueles que estão tão confusos quanto às normas de conduta que devem aplicar hoje. Isso não significa que a tarefa do cristão de ensinar e praticar a ética será simples!